

Águas urbanas e política: um experimento empírico extensionista do paradoxo democrático na disciplina "Oficina de Planejamento Urbano"

Urban waters and politics: an empirical and extensionist experiment of the democratic paradox at "Urban Planning Studio"

Aline Maracahipe Rocha; Prof. Frederico Canuto;
Luiza Barbosa Marques; Marion Kato; Paola Ferrari

Escola de Arquitetura da UFMG

Resumo

O presente trabalho vem discutir os resultados da disciplina *Oficina de Planejamento Urbano: Problemas de Planejamento e Ocupação em Sub-bacias* considerando-a como exercício de ensino voltado a um posicionamento propositivo formulado a partir de fora da instituição de ensino. Tomando como base conceitual a noção de paradoxo democrático da cientista política Chantal Mouffe e tendo como recorte analítico e temático a questão envolvendo as águas urbanas na cidade de Belo Horizonte, o objetivo é apresentar dois trabalhos, resultados da disciplina, como tentativas pensar o planejamento urbano numa dupla abrangência. Tanto como produção de políticas públicas que resguardam a noção de coletivo e público, assim como apontamentos para novas formas organizacionais colaborativas, empoderadoras e soberanamente populares de se fazer espaço bottom-up.

Palavras-chave: Aguas Urbanas; Democracia; Planejamento Urbano; Soberania Popular; Políticas Públicas.

Introdução

Discutir e exercitar o planejamento urbano como prática política e democrática cada vez mais significa agenciar interesses, compreender lugares e discursos e, principalmente, produzir territórios nos quais paradoxos políticos poderão ser exercitados. Neste texto, o que se fará é apresentar a disciplina *Oficina de Planejamento Urbano: Problemas de Planejamento e Ocupação em Sub-bacias* ofertada do curso noturno de Arquitetura e Urbanismo da UFMG como exercício extensionista e provocativo baseado nas águas urbanas e relacioná-la a questões centrais relacionadas a democracia e espaço público e coletivo.

A cidade de Belo Horizonte, desde seu projeto e construção em fins do século XIX, desqualificou a rede de rios e córregos existentes ali no chamado Curral Del Rey. Através de

um traçado regulador ortogonal que não leva em conta a organicidade da paisagem, visto a tortuosa topografia, bacias hidrográficas e rios, desde então os últimos foram objetos de canalização e redesenho, desconsiderados e transformados em lixeira. Assim, habita-se uma cidade onde a água é lembrada apenas em momentos de radicalização climática quando há seca, inundações, transmissão de doenças como a atual luta contra Dengue e Zika, entre outros. A água é, desde sempre, um problema que só é tratado como uma questão sistêmica em momentos e não como recorte organizador de um planejamento urbano.

No entanto, desde o princípio do século XXI, em Belo Horizonte, tentativas, inclusive com sucesso, foram feitas para se iniciar um planejamento e gestão da cidade que levasse em conta sua relação com o sítio natural e, principalmente, os rios. O programa de Drenagem em BH (DRENURBS) é paradigmático porque colocou a água como norteador de um entendimento institucional do território pois entende o mesmo não por divisões administrativas ou simbólicas, mas sim pelo recorte da sub-bacia hidrográfica e como potencial território de construção cotidiana de uma relação de lazer com a água como elemento principal². Ainda que o DRENURBS tenha apresentado e representado uma abordagem inovadora em relação à água, naturalmente a política democrática possuiu ações contraditórias ao programa que ocorreram na capital, tal como a construção do Boulevard Arrudas, projeto que consiste no tamponamento do rio Arrudas, o principal curso d'água que corta Belo Horizonte, recebendo todo o esgoto da cidade e levando-o para a cidade vizinha de Sabará. Assim, ao mesmo tempo em que a gestão das águas progride por um lado, o governo investe no retrocesso atendendo a grandes empresas e interesses eleitoreiros, impedindo mudanças que valorizem a sociedade em um novo tipo de relação cotidiana com a água.

Ainda assim, o que se vê cada vez mais é uma tentativa incisiva do mercado em transformar a água em produto privativo a ser consumido com o apoio de governos municipais, estaduais e federais, e não como direito natural e irrestrito a todos. E isto não se restringe à cidade de Belo Horizonte. Um exemplo de como tal contraditoriedade é explícita e é questão em que o debate ainda corre e grandes pressões são sentidas por estados nacionais frente a interesses mercadológicos globais neoliberais é o que ocorreu na Bolívia, no início do século XXI, na hoje chamada Guerra da Água.

² O Programa DRENURBS / NASCENTES foi lançado pelo Município de Belo Horizonte, por meio da extinta Secretaria Municipal de Política Urbana. Elaborado para ser implementado em fases sucessivas, o Drenurbs visa promover a despoluição dos cursos d'água, a redução dos riscos de inundação, o controle da produção de sedimentos e a integração dos recursos hídricos naturais ao cenário urbano. Entre os princípios está: Tratamento integrado dos problemas sanitários e ambientais no nível da bacia hidrográfica, utilizada como unidade para o planejamento das intervenções; limitação à ampliação da impermeabilização do solo através de proposições de tipo naturalísticas; opção pela estocagem de águas no lugar da evacuação rápida.

A terceira maior cidade do país, Cochabamba, em 2000 foi palco de inúmeras manifestações e pressão nas ruas através de lutas e destruição por parte da população contra a privatização do sistema municipal de abastecimento de água e contra a cobrança pela água ter sido dobrada. O principal ganhador de tal peleja seria a empresa *Aguas del Tunari*, uma subsidiária da empresa norte-americana Bechtel se não fosse a mobilização nacional contra tal apropriação nacional por empresas internacionais³. Após tal embate, num país onde a maioria é indígena o que significa uma relação diferenciada e não totalmente ocidentalizada com a natureza, duas foram as consequências: a eleição de um presidente indígena, Evo Morales, hoje ainda presidente e em seu terceiro mandato; a criação de uma constituição que versa especialmente sobre a relação natureza e estado boliviano. Neste segundo, o que foi definido é que a água, assim como diversos outros elementos da natureza não seriam mais recursos nacionais, mas bençãos dadas pela natureza ao país. Isso significa juridicamente que a água tem soberania própria, não podendo ser vendida ou apropriada.

Desta maneira, uma relação entre água, Estado, sociedade e interesses globais se desenha. Mais ainda, uma relação cuja essência só pode ser discutida no campo da política na qual esta não pode ser entendida como lugar de produção de consensos e nem de uma política resumida a acordos unilaterais.

Chantal Mouffe, cientista política belga, ao discutir a política e sua relação com a ideia de conflito é precisa ao afirmar que é próprio da política e da democracia como sistema político tais discussões e enfrentamentos se construam num plano paradoxal. Para a autora, a democracia é política paradoxal pois é definida num espaço onde se embatem interesses de Estado, que muitas vezes são atravessados e cedem a interesses internacionais, e uma tentativa de soberania e autonomia popular por parte daqueles que sempre são excluídos dos processos de decisão. É uma prática paradoxal porque não há situação que termine numa harmonia ou consensualização. Qualquer tipo de consenso construído por um ou outro tendem a ser falaciosos e fracos na medida em que o estado não pode definir políticas sem dar a conhecer e discutir com os interessados, assim como a população não pode definir por si mesmos políticas públicas sem levar em consideração o Estado como esfera que representa

³ Conforme o filme **También la Lluvia**, que coloca em questão justamente tal embate a partir do campo da ficção. Fazendo uma interessante comparação entre a luta pela água pelos bolivianos em pleno século XXI tendo em vista a tentativa de privatização deste recurso natural pelos americanos apoiado pelo governo do país com o fato de um país do Norte - no caso a Espanha, durante o período conhecido como Grandes Navegações - colonizar terras ameríndias usando da força com o intuito de se apropriar de recursos naturais. O embate explicitado no filme é interessante porque mostra como a luta pela soberania, seja ameríndia ou boliviana, tendo em vista interesses e forças mercadológicas externas parece mudar de forma mas mantendo mesmos objetivos e conteúdos.

também interesses daqueles que não podem se fazer ouvir ou não são organizados, como é próprio da massa difusa chamada povo⁴.

Desta forma, partindo da ideia de um planejamento urbano como exercício político e democrático, dentro do campo disciplinar das Ciências Sociais Aplicadas, que só pode ser imaginado num plano caracterizado pelo conflito e pelo paradoxo, a disciplina *Oficina de Planejamento Urbano: Problemas de Planejamento e Ocupação em Sub-bacias* vem a discutir as águas urbanas na cidade de Belo Horizonte não apenas tecnicamente, mas do ponto de vista da política, nos quais inúmeros e diversos pontos de vistas são visíveis e tem poder. Mais ainda, sendo um exercício dado dentro dos limites do ensino de graduação e sendo a política outro tipo de exercício que só se pode dar no encontro com o que é diverso, torna-se a disciplina irrestritamente dependente de uma prática cuja natureza é extensionista - porque se dá na cidade - e de pesquisa - porque a cidade é campo onde se está a descobrir o que não pode ser passado em sala de aula.

Metodologia

A disciplina tem como princípio básico metodológico a compreensão de que o entendimento do planejar e gerir uma cidade deve começar de um ponto de vista microscópico, corporal e socialmente vivido. Isso significa que o objetivo é, através de uma sensibilização dos alunos em seu contato com a realidade, atuar de forma propositiva, provocadora e portanto, extensionista já que a comunidade é objeto de construção de um diálogo, entendendo o projeto como instância dialógica e não de domínio apenas do arquiteto e urbanista.

“Micro-scópico” porque, como afirma o geógrafo Rogério Haesbert, numa leitura a partir de Deleuze e Foucault:

"(...) micro, de microfísica, afirma Deleuze, deve ser visto como (...) um outro domínio, um novo tipo de relações, uma dimensão de pensamento irreduzível ao saber, de ligações móveis e não localizáveis. Dito de outra forma, acrescenta o próprio Foucault, 'a análise dos micropoderes (ou dos procedimentos de governamentalidade) não é uma questão de escala, não é uma questão de setor, é questão de ponto de vista, uma razão de método'" (HAESBERT, 2014, p.162)

⁴ Ainda que não seja objetivo do presente trabalho discutir as diversas conceitualizações que a palavra *povo* recebe no pensamento cidental e no campo político, interessa afirmar que tal definição que serve de norte aqui colocada remete ao conceito de povo definido pelo filósofo italiano Giorgio Agamben como aqueles que são excluídos de qualquer definição ou categoria politicamente construída pelo Poder. Assim, massa, classe pobre e correlatos são definições que incluem uma massa de pessoas, mas sempre exclui o povo, porque este sempre escapa.

Assim, o aluno parte de uma relação microfísica para estabelecer pontos de vista, produzir relações e compreender/viver o saber não como instância física reduzida ao livro ou a teoria, mas como prática construída em diálogo.

Corporal porque proporciona ao estudante uma experiência sensorial única e social porque é coletiva e pública. Desde a sensação térmica a noção espacial, o olhar em primeira pessoa é capaz de captar e compreender mínimos detalhes. E estando em territórios ocupados socialmente pelos próprios moradores aos quais tem acesso através de conversas, o corpo individualizado e centrado em si abre-se ao que diz respeito a todos. O corpo, aqui, surge como uma extensão acadêmica, em que além de instrumento de investigação é parte do registro. Através das reações corporais é possível captar e dar lugar para o discurso para os que habitam e circulam por lá. Diferente do relato que consta em meios escritos que só serve como exercício documental, a vivência corporal atribui um olhar ímpar, capaz de imergir o estudante em um real cenário, sem especulações ou impressões de terceiros donde o território é lugar e campo de testes, de reações, de contatos.

Socialmente vivida porque desde os anos 70 com a consolidação do planejamento urbano como campo multidisciplinar, e contenedor do urbanismo inclusive, entende-se que a tarefa daqueles que tem o espaço como questão disciplinar é de tratá-lo não como dimensão apenas física, mas também vivida e cotidiana, onde se produzem relações que só podem ser socialmente compartilhadas e materializadas no espaço compartilhado da cidade.

A partir desta compreensão, foi usada a carta de inundação produzida pela prefeitura de Belo Horizonte⁵ como norteadora da escolha de um contexto geográfico de problematização das águas urbanas na cidade. Os alunos inserem-se no local buscando num primeiro momento relatos e experiências dos moradores a respeito de sua vida no bairro, na rua, em suas casas e contrapõem a relação que sempre tiveram com as águas em seu cotidiano. Levando em conta que a carta de inundação é um ensaio feito em condições muito específicas e em contextos laboratoriais, é certo que muitas delas apresentam dados que a população moradora nunca experimentou. Algumas cartas indicam lugares e apontam inundações em lugares que ora nunca inundaram, ou não inundaram o tanto que foi ensaiado. Mas é preciso ter em mente que ela funciona como um norteador de situações em que a visita no local será "a prova dos nove" e ao mesmo tempo um catalisador de relacionamentos entre alunos e moradores locais.

⁵ Prefeitura de Belo Horizonte, *Portal PBH*.
http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portal&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=sudecap&tax=17792&lang=pt_BR&pg=5581&taxp=0& . Acesso em 27 fev. 2016.

Num segundo momento, o que interessa é calibrar o olhar do aluno não como uma cartografia do lugar como documentação, mas como ativação de um olhar propositivo interessado em mudar as condições. Como coloca o arquiteto franco-americano Bernard Tschumi: "ir das condições do desenho para o desenho das condições" (TSCHUMI, 1996, 187). Os objetivos da disciplina começam a se delinear: criar novos ambientes urbanos que tenham como principal recorte a água como lugar de produção de uma nova dimensão pública. Entretanto, esse não é o objetivo final.

É preciso redimensionar o próprio desenho e mesmo a sua relação com o nome da própria disciplina. Primeiramente, a disciplina é de planejamento urbano o que significa que ela não é determinada pelo desenho do arquiteto e este desenho não é resultado final; e em segundo lugar, repensar a noção de desenho dentro do campo "desenho urbano" pois este é sempre desenho técnico desprovido de discussão política no qual esta sempre é tomada como discussão que só pode ser feita em momentos de consulta e mesmo apresentação⁶. Assim, o objetivo torna-se radicalmente "desenhar as condições", onde desenhar significa agenciar, organizar, reestabelecer pactos e redefinir conceitos. Assim, o objetivo final da disciplina de planejamento urbano são dois: criar uma política pública que possa ser replicada na cidade em situações similares, sendo que estas devem necessariamente redistribuir papéis e responsabilidades entre sociedade civil e Estado, promovendo uma maior implicação política da população nos processos de planejamento e gestão urbanos e provocando a formação de cidadãos; e discutir as propostas criadas com moradores não em um regime de consulta ou apresentação, mas sim de discussão, mostrando que tais ideias só podem ser possíveis se foram incorporadas como políticas de parceria e delegação de poder entre Estado e sociedade civil ou mesmo de auto gestão.

Resultados e discussões

Apresentaremos aqui duas experiências feitas por alunos no decorrer da disciplina no segundo semestre de 2015.

Projeto Bica Jatobá

⁶ As categorias aqui usadas da relação participativa entre arquitetos e moradores e/ou estado e moradores remetem ao didático livro do professor de geografia da UFRJ Marcelo Lopes de Souza intitulado *Mudar a Cidade. Introdução ao Planejamento e Gestão urbano críticos*. Nele, o professor define como categorias de análise dos processos participativos sete momentos: coerção, informação, consulta, cooptação, parceria, delegação de poder, autogestão.

O projeto Bica Jatobá foi projetado para a região do Córrego Jatobá, no Barreiro, após inúmeras visitas, relatos de moradores e experiências pessoais das autoras do projeto sendo usados como base para criação e concepção de propostas. Sendo objetivo da disciplina a criação de políticas públicas que articulassem a soberania popular e o poder público estatal tendo como eixo as águas urbanas, o que permitiu que tal projeto local se transformasse em uma política pública é o fato de que ela englobava problemas existentes em quase toda a cidade de Belo Horizonte e especificidades do contexto próximo.

O surgimento do projeto foi fomentado dentro da disciplina “Oficina de planejamento urbano: problemas de planejamento e ocupação em subbacias”, instigado pelos alunos que visitaram regiões propensas a alagamentos em Belo Horizonte. Em nosso caso, escolhemos a região do Barreiro, mais especificamente o córrego Jatobá, e visitamos várias vezes o local para conversar com os moradores, ouvir seus relatos, descobrir os problemas da região e a causa da insatisfação local bem como a forma como o poder público lidava com isso.

Entre os diversos relatos descobrimos alguns pontos importantes, como:

- A região havia acabado de passar por um processo de canalização do córrego, o que significou que a mancha de inundação apresentada no documento carta de inundação de Belo Horizonte - Regional Barreiro, estava visivelmente reduzida;
- O projeto diminuiu os problemas advindos com as consequentes enchentes, porém acarretou outros problemas como violência nas áreas em torno do córrego visto que estas são praticamente desertas e mal cuidadas devido a poluição acumulada na barragem próxima.
- Falta de água durante finais de semana inteiro (podendo chegar á 4 dias)
- O projeto de recuperação do córrego ter sido entendido pelo desenho urbano como um esgoto canalizado a céu aberto e nada mais.
- Ainda que houvesse uma promessa de um projeto urbanístico pela prefeitura após as obras, o único feito no entorno do córrego foi uma pista de cimento para pedestres (sem árvores, sem iluminação, sem pontos para encontro ou descanso).
- Moradores relataram que antigamente o córrego era um local de convivência, de descanso e mesmo de renda para alguns, uma vez que havia pesca, as pessoas nadavam e se encontravam no entorno do Jatobá.

Após levarmos em consideração os relatos e também experiências individuais de cada uma das autoras (uma, moradora da cidade de Vinhedo que continha em um espaço público uma fonte de água pública e outra, moradora de uma cidade litorânea - Recife - onde as águas faziam parte da vida cotidiana da cidade), bem como os relatos dos moradores e o posicionamento público da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, criamos o Projeto Bica Jatobá. Tal projeto se baseia no princípio de que a relação da população com a água atualmente se limita ao contato de quando ela sai da torneira para consumi-la. O projeto Bica vai na contramão desta tendência e propõe a construção de bicas públicas nas margens de córregos e rios, como demonstrado na FIGURA 01. Acreditamos que a bica de água tem o potencial de criar diversas vivências na população, de criar uma nova relação com os córregos, de propiciar o debate da água como bem privado ou público, além de deixar o entorno do córrego menos hostil e seco, devido a presença de água potável e da ocupação popular promovida pela bica.

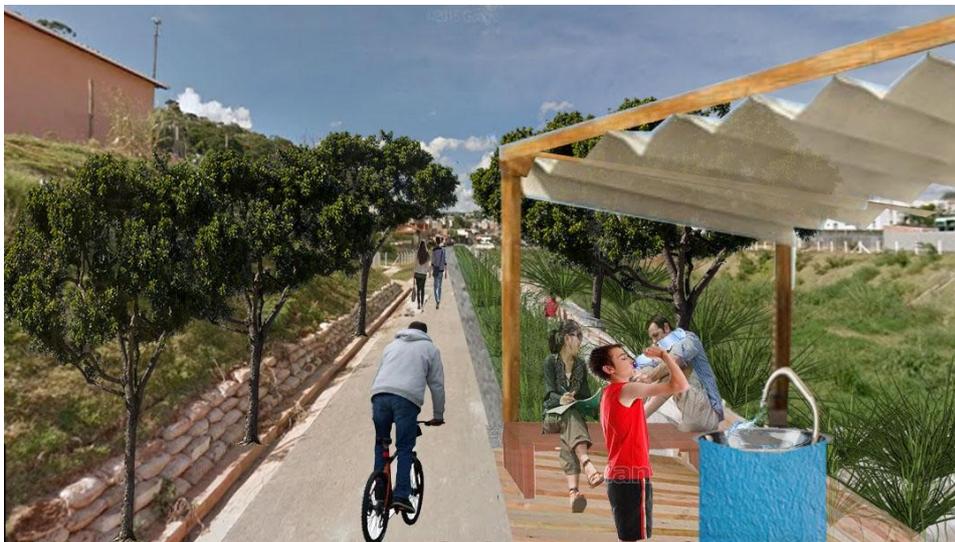


FIGURA 01. Fotomontagem da implantação de bicas ao redor de córregos

Num primeiro momento, achamos que a melhor abordagem para o projeto se concretizar seria instigar o interesse da população local a respeito das águas urbanas e despertar o desejo de realizar o projeto. Para isto visitamos o local diversas vezes, conversamos com os moradores, estabelecemos relações com alguns, fizemos pequenas intervenções e, por fim, criamos um grupo no Facebook onde seria discutido o projeto. Isso tudo aconteceu em 3 meses e, apesar de nosso empenho em realizar o projeto, acreditamos que foi pouco tempo para realmente mobilizar a população em torno da questão. Isto pode ser exemplificado pelo fato de que no final de 3 meses, e após a distribuição de panfletos, de diversas conversas com moradores e

visitas à regional Barreiro, marcamos uma reunião de moradores na casa de Marileni (uma moradora que nos ajudou durante todo o processo) e não compareceu ninguém a reunião, mesmo tendo moradores que comprometeram ir.

Devido ao curto tempo de duração da disciplina e a impossibilidade de ir ao Barreiro todos os dias (rotina, inviabilidade de horários, ônibus menos frequentes), a ideia de mobilização popular proposta pelo projeto falhou; afinal, para uma real efeito, é necessário uma intensa visita ao local, já que durante o dia a dia de cada indivíduo torna-se mais difícil de acompanhar atividades externas à da sua vida familiar e profissional. A tentativa de uma mobilização popular para a total responsabilidade da realização do projeto não foi condizente com a realidade devido á vários motivos: Entre eles estão o fato de que a disciplina teve a duração de 3 meses , porém o que mais se destaca são as características sociais e públicas do local. Anteriormente ao nosso projeto, a moradora Marileni relatou uma mobilização social que ocorreu na região no passado, formando-se um grupo chamado Barreiro Vivo, que exigiu da prefeitura as obras de canalização do rio. Na época isso nos pareceu um bom sinal para que investíssemos na mobilização social. Contudo mais tarde ficamos sabendo de que a maioria dos envolvidos no Barreiro Vivo participaram por motivos políticos, e se candidataram a vários cargos após o projeto ser bem sucedido. Além da mobilização social acontecer somente por interesses políticos, era notável a falta de esperança dos moradores, o que explicava a grande parte de transferência da culpa da não solução dos problemas para a prefeitura, assim como a hesitação ao tentarmos argumentar e provocá-los a resolver por si mesmos o problema das águas. Ainda que alguns se animavam com a ideia mesmo sem desejarem a responsabilidade para tal, a maioria parecia entender que aquele não era um problema imediato. Sendo assim, não entendiam por que deviam se preocupar com isso no momento. E este era justamente um dos pontos do nosso projeto: fazer a população perceber como a falta de relação com a água é sim um problema imediato.

A partir de tal constatação, foi proposta uma outra ideia para o projeto ser realizado, transformando tal mobilização em base para a formatação de uma política pública que articularia órgãos governamentais (Copasa e CBH Rio das Velhas) e a colaboração de alguns moradores.

Considerações

Apesar das dificuldades de implantação do projeto em pouco tempo, a experiência de montar um projeto a partir de relatos e reações de moradores foi muito importante para entendermos

as dificuldades de funcionamento de mobilizações populacionais e o distanciamento de um desejo de democracia mais aberta e direta. A ideia promissora nem sempre parece pertinente à população; os interesses individuais de cada um contribuem para deixar a ideia de coletivo de lado; mobilizar um indivíduo requer muito mais convívio com o povo do que imaginávamos.

Logo, nota-se que a criação de políticas públicas de modo a serem construídas em conjunto com as pessoas é mais complicado e lento, contudo, não perdem o seu caráter necessário ao melhoramento de qualidade vida. Graças a essas, a sociedade pode participar e formar ideias que possam vir a interferir positivamente em um espaço da cidade e nas suas vidas, ainda podendo ser replicado em outros espaços, atingindo toda uma cidade.

Projeto Águas do Jatobá

Assim como a experiência relatada anteriormente, o Projeto Águas do Jatobá foi desenvolvido tendo como base o documento carta de inundação de Belo Horizonte - Regional Barreiro. Uma das propostas da disciplina pretendia a visita em campo por parte dos alunos, que divididos em duplas tinham como missão percorrer a área correspondente ao documento. Já no primeiro contato podemos perceber o quão impactante em termos de ocupação e presença territorial o córrego era para o local. Tanto para moradores como para comerciantes, o córrego simbolizava o retrocesso ao passo que antes era um marco para região. Moradores de longa data nos relataram como o córrego décadas atrás era um ponto de encontro e de lazer, e que atualmente figura como um local desagradável, pelo mau cheiro, e que produz medo e insegurança pela baixa circulação de pessoas em seu entorno.

Apesar do que relatado no presente ,por moradores e comerciantes, percebemos que mesmo com características que provocam uma certa hostilidade o córrego tinha ao seu redor atividades físicas e de lazer sendo desempenhadas por moradores cotidianamente. Algumas pessoas circulavam em seu entorno e usavam a pista de Cooper como meio para caminhadas e passeios de bicicleta.

Posto isso, nos deparamos com algumas indagações pessoais e geradas a partir do relato de terceiros: Como transformar a relação das pessoas com as águas do córrego? De onde vem o mau cheiro? Por que o córrego é negligenciado? Como lidar com tudo isso?

Decidimos então entender como o território por onde passavam os córregos da bacia do córrego do Jatobá se transformava ao longo de seu percurso. Percorremos desde o limite do bairro Independência com o Parque Estadual do Rola Moça, onde uma das nascentes do

córrego está localizada, até sua barragem de contenção no bairro Tirol, ambos os bairros pertencentes a regional Barreiro.

Perto de sua nascente a água é cristalina, com diversidade de animais e plantas, uma paisagem totalmente contrastante com o resto de seu percurso. Ao longo do caminho foi claro o motivo do mau odor: o despejo clandestino de esgoto e lixos. A sensação de insegurança e medo vinham do pouco fluxo de pessoas as margens do córrego, tanto devido ao mau cheiro como a inexistência de atrativos para o local.

Era muito comum ouvirmos que o córrego deveria ser tamponado, "posto longe" das pessoas que moravam e circulavam em seu entorno. A relação entre pessoas e córrego é de distanciamento, sendo que este corre despercebido no fundo do vale. Os moradores mais próximos, que margeiam o córrego, quase nunca se atentam ao que se passa em suas margens e o consideram como algo à parte de suas vidas, como um problema do governo.

Partindo dessas impressões, tanto pessoais como de terceiros, criamos o Projeto Águas do Jatobá, que visa: a recuperação do córrego ; o aumento da diversidade da fauna e flora local; a criação de espaços de lazer e integração das pessoas com as águas e por fim o aumento do sentimento de responsabilidade com o córrego por parte de moradores locais. Para isso propusemos a coleta total de esgoto , assim como o uso de plantas para purificação da água, além da criação de espaços de lazer, intitulados Decks Urbanos e por fim sugerimos a criação da figura do Guardião Jatobá, um agente de saúde pública e conscientizador local. Propostas estas, que se convertem em uma política pública, uma vez que consideram fatores recorrentes, como a poluição das águas urbanas e falta de espaços de lazer nas mesmas.



FIGURA 02. Foto inserção do Deck Urbano ao fundos de um residência. Imagem inferior esquerda: situação atual.

Sobre a Política Pública

Assim, as localidades visitadas poderiam ceder espaço para uma nova forma de convivência dos moradores com o córrego, em que o Deck teria diversas funções, tanto sociais quanto ecológicas, em que dividimos em três categorias: público; econômico e público/ privado. Já o Guardiã entraria em ação recolhendo o lixo sólido com equipamentos de limpeza distribuídos em postos de retirada localizados na região além de atuar como palestrante em escolas, abordando temas como cuidados com águas urbanas e descarte correto do lixo e esgoto. Tudo de forma integrada a fomentar na população o reconhecimento do cuidado com o córrego.

O Deck se torna um espaço de convivência pública sempre que instalado em áreas do córrego que não tenha ligações com residências próximas. Neste, o Guardiã, que reside na região, pode desenvolver suas atividades e famílias, transeuntes e crianças podem usar o espaço para lazer e contato mais próximo com as águas da sub bacia.

Também existe o espaço econômico, onde o Deck está locado numa área pública de grande movimento e com pequenas atividades comerciais já existentes, como ambulantes, que vendem balas ou doces. O espaço é cedido ao micro comerciante tendo este a responsabilidade de cuidar dos equipamentos instalados, em troca a prefeitura ou órgão responsável pela construção proporciona a manutenção física, segurança e iluminação pública.

Além disto, compreende-se o quesito público/privado, uma vez que o Deck seria construído no muro de uma casa que tem os fundos para o córrego. Podendo ser como uma praça ou um ponto de comércio e que seguiria os mesmos critérios já citados. O morador teria como função o cuidado com os equipamentos instalados, limpeza física, e em contrapartida a prefeitura ou órgão responsável seria encarregado pela construção ou reforma da divisão do seu terreno com o rio, como pode ser visto na FIGURA 02.

Elaborada as propostas, voltamos em campo e fizemos uma pesquisa de opinião com moradores em potencial ou não para a implantação do Deck ao fundo de suas residências e com moradores e transeuntes com potencial para atuarem como Agentes Jatobá. Mostramos os primeiros esboços das propostas e recebemos um ótimo feedback. A grande maioria dos entrevistados se agradaram da ideia, pediram por pequenas modificações e se questionaram se aquilo poderia ser possível. Grande parte também se alegrou com a possibilidade de ver as águas do córrego que passa perto de suas residências limpo e com espaços de lazer e

interação. Com isso fizemos pequenas alterações e averiguamos os possíveis impactos e prospecções das propostas sugeridas.

Considerações

Ao ir em campo vimos as reais demandas e opiniões dos principais afetados por projetos e gestões públicas locais. Moradores, comerciantes e transeuntes foram de vital importância para a nossa proposta como um todo. Tanto as entrevistas quanto o feedback dados pelos habitantes nos auxiliou no melhor caminho a tomar. Encontramos algumas dificuldades durante todo o processo, como a indisponibilidade de alguns para responder simples perguntas e uma certa negatividade perante ao que foi proposto, uma vez que alguns entrevistados relataram desacreditar que o que foi colocado seria algo viável.

Porém encontramos ao longo do caminho muitos interessados. Moradores e comerciantes que visavam o bem comum, que estavam interessados em projetos que atendessem as reais demandas da população, e que principalmente a questionassem sobre suas opiniões. Com tudo isso pudemos observar o quanto a gestão pública negligencia as reais vontades dos habitantes locais, contudo percebemos também o quão trabalhoso é pensar e elaborar uma Política Pública para uma determinada localidade. Consideramos além de nossas próprias percepções o parecer dos que realmente poderiam se usufruir do projeto, além de considerar características do próprio território, como sua hidrografia e terreno.

De forma geral foi uma experiência única, que mudou nossa forma de encarar o projeto em si. Como futuros arquitetos não devemos elaborar propostas somente a partir de dados fornecidos, a arquitetura e o urbanismo devem ser pensados em conjunto com os que serão realmente afetados, levando em consideração desde habitantes até a fauna e flora local.

Considerações finais

A disciplina “Oficina de planejamento urbano: problemas de planejamento e ocupação em subbacias” ao mesmo tempo que contribuiu para o crescimento e o despertar do papel de cidadão de cada estudante, em certos momentos limitou o crescimento dos projetos dos alunos pela sua própria natureza de disciplina, com tempo pré-determinado. De certo modo, o fator “tempo” não contribuiu para o crescimento dos planos de cada grupo, afinal, três meses são apenas micropossibilidades quando se contempla uma política pública real, desenho ou projeção que normalmente é um processo demorado.



Além disso, as localizações das áreas de atuação dos projetos eram muitas vezes distantes da maioria dos alunos, tornando o desenvolvimento de cada grupo mais demorado e difícil, já que seria apropriado um acompanhamento e visitas mais intensas às áreas em si. A faculdade poderia oferecer auxílio no transporte, financeiro ou institucional para que a disciplina tivesse um programa de extensão que não se limitasse a apenas três meses, sendo que tal ideia poderia/deveria ser estendida a toda disciplina envolvendo a prática, tornando o curso menos em sala de aula e mais em territórios onde as diversas espacialidades são construídas, vividas e disputadas.

Se estendida e apoiada financeiramente pela faculdade, a disciplina poderá gerar ideias de políticas públicas que realmente poderiam ser realizadas. O maior envolvimento com situação possibilitariam o aprofundamento de várias questões que em pouco tempo de estudo, passam em branco. Contudo, é importante ressaltar que a metodologia adotada possibilitou um trabalho muito complexo para uma disciplinas de três meses, que poderiam ter sido gastas com aulas teóricas ao invés do real contato e tentativa de solução para os problemas.

Referências

BORSAGLI, Alessandro. **Rios Invisíveis da Metrópole Mineira**. Belo Horizonte: Ed. Autor, 2016.

BUSENKELL, Michaella. O Fluxo de Tóquio. IN: ROSA, Marcos L. **Microplanejamento. Práticas Urbanas Criativas**. São Paulo: Editora de Culturas, 2011.

Gorski, M.C. **Rios e Cidades - Ruptura e Reconciliação**. São Paulo: Senac, 2010

HAESBERT, R. **Viver no Limite. Território e Multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IZEMBART, H.; LE BOUDEC, B. **Waterscapes.: Using Plant Systems to Treat Wastewater**. Espanha: Gustavo Gili, 2010.

LEMOS, Ronaldo. **Tecnobrega: o Pará reinventando o negócio da música** \ Ronaldo Lemos e Oona Castro. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.

LEONARD, Annie. **História das Coisas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. Verso: London, 2000.

MOUFFE, Chantal. **The Return of the Political**. Verso: London, 1993.

Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. Nº 20.2, julho - dezembro 2013.



ROSA, MARCOS L.. **Microplanejamento Praticas Urbanas Criativas**. Brasil: Editora de Cultura, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade. Introdução ao Planejamento e Gestão urbano críticos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

También La Lluvia. Diretor: Iciar Bollaín. 2011.

TSCHUMI, Bernard. **Architecture of Disjunction**. MIT Press :Cambridge, 1996.

TUNDISI, José Galiza. Governança da água. IN: **Revista UFMG**, v.20, n.2, p. 222-235- julho 2013